

Gênero e poder nas interfaces da produção do conhecimento: reflexões sobre uma pesquisa etnográfica no jornalismo¹

Gender and power on the interfaces of the production of knowledge: reflections
about an ethnographic research in journalism

Marcia Veiga da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
R. Ramiro Barcelos, 2705, Floresta, 90035-006, Porto Alegre, RS, Brasil
marciaveiga2005@gmail.com

Resumo. Encontrei neste artigo uma excelente oportunidade de refletir uma vez mais acerca de algumas vivências experienciadas durante minha pesquisa de mestrado, um estudo de *newsmaking* realizado junto a um programa telejornalístico de uma grande empresa de mídia brasileira. Desde a fase empírica venho pensando em escrever sobre algumas questões metodológicas e vivências como pesquisadora. Ter minha formação na área da Comunicação e ter apoiado meus procedimentos metodológicos na etnografia, método por excelência da Antropologia, por si só já suscitava diversas questões que foram mais dificilmente enfrentadas, em campo e fora dele. Mas também a escolha de investigar processos simbólicos presentes na produção noticiosa, em especial norteadas por conceitos oriundos de estudos feministas e de gênero, causou outros tantos desafios, para a pesquisa e para a pesquisadora. Passados quatro anos da experiência no campo restituo esse desejo e ousou aqui dividir um primeiro olhar acerca destas questões e seus resultados em minha formação, assim como no estudo que desenvolvi.

Abstract. I found in this paper an excellent opportunity to reflect one more time concerning some experiences during my master's degree, a study about newsmaking made in a news program of a big Brazilian company of media. Since the empirical phase I have been thinking of writing about some methodological issues and experiences as a researcher. Having my formation in the Communication area and having supported my methodological procedures in ethnography, Anthropological method par excellence, has already instigated several issues that were more difficultly faced, on and off the fieldwork. But also the choice of investigate symbolic processes present in the news production, especially guided by concepts originated from gender and feminist studies, caused many other challenges, for the research and for the researcher. Four years passed the field research experience, I restore this desire and dare to share here a first look about this questions and their results in my formation, as well as in the study that I developed.

Palavras-chave: jornalismo, gênero, etnografia, poder.

Key words: journalism, gender, ethnography, power.

¹ Uma versão deste artigo foi submetida e aprovada, mas não apresentada, ao XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-ALAS Brasil, que aconteceu entre os dias 04 a 07 de setembro de 2012, UFPI, Teresina-PI.

Introdução

Desde que experimentei minha primeira pesquisa empírica, já cursando o segundo ano do mestrado, venho pensando em escrever sobre algumas questões metodológicas e vivências, como pesquisadora. Ter minha formação na área da Comunicação e ter apoiado meus procedimentos metodológicos na etnografia, método por excelência da Antropologia, por si só já suscitava diversas questões que foram mais dificilmente enfrentadas, em campo e fora dele. Mas também a escolha de investigar processos simbólicos presentes na produção noticiosa, em especial norteadas por conceitos oriundos de estudos feministas e de gênero, causou outros tantos desafios, para a pesquisa e para a pesquisadora. Passados quatro anos da experiência no campo restituiu esse desejo e ousou aqui dividir um primeiro olhar acerca destas questões e seus resultados em minha formação, assim como no estudo que desenvolvi.

Revisito este trabalho, em especial a fase empírica, desenvolvida junto à redação de jornalismo de um dos maiores conglomerados de mídia do Brasil², buscando articular – ao tempo que descrevo – algumas questões metodológicas, éticas e conceituais que acabaram contribuindo com as aprendizagens e interpretações dali surgidas. Ser jornalista, mulher, pesquisadora e não ter formação antropológica são alguns dos ingredientes que participaram dos sentidos produzidos e que compuseram as lentes pelas quais interpretei aquela realidade. É nesse sentido que também gostaria de refletir, aqui, sobre a participação das questões subjetivas (como posições de sujeito da pesquisadora participando dos processos de constituição do conhecimento) e suas interseções em diversos âmbitos da pesquisa – tais como na construção do objeto, busca por afinidades epistemológicas e metodológicas e nos resultados encontrados.

As origens da pesquisa

As inquietações que impulsionaram a pesquisa de mestrado originaram-se em minha

trajetória de vida, pessoal e profissional, que, a partir de uma visão de mundo e de vivências empíricas, transformaram-se no desejo de compreender algumas facetas da sociedade através da ciência. Um estranhamento iniciado na infância, sobre como se dão as relações de poder e produção de desigualdades, se intensificou durante minha experiência profissional em uma ONG feminista gaúcha³, concomitante à minha formação universitária em jornalismo. Essa dupla formação, a incursão nestes dois lugares (complementares), transformou meu olhar sobre o mundo. Mais do que isso, impulsionou meu desejo de seguir adiante, buscando na pesquisa um lugar instigante para continuar pensando e compartilhando minhas inquietações.

Atuando como assessora de imprensa na ONG Themis, além de aprender um dos ofícios da profissão de jornalista, em diálogo com profissionais da instituição, oriundas de outros campos, como da antropologia e do direito, comecei a compreender que gênero, sexualidade, raça e classe eram pilares fundantes das desigualdades sociais. Estreitei laços com outros universos, como movimentos sociais e grupos de pesquisa acadêmicos, e comecei a me familiarizar com a ideia de gênero não mais como um sinônimo de mulher, mas como um conceito que poderia ajudar a compreender as relações de poder. Essa compreensão veio fundamentalmente do campo da antropologia feminista⁴. A partir de então, um olhar de gênero foi se desenvolvendo paulatinamente sobre a mídia, em especial sobre o jornalismo, meu lugar de formação e atuação.

Especialmente o diálogo cotidiano de jornalista com jornalistas – atribuição central de minhas funções de mediação entre a instituição e a mídia – foi aos poucos me despertando estranhezas e dúvidas sobre as formas como meus colegas de profissão compreendiam (ou não) temas relativos a gênero, entre outros tantos direta ou indiretamente relacionados. Os tipos de discursos produzidos, as escolhas e usos de fontes, por parte dos jornalistas, também deixavam claro que existiam formas distintas de se ver, se estar e narrar o mundo. E isso acabou impulsionando o que Velho (1997) denominou

² A fim de dificultar a identificação dos interlocutores da pesquisa, optei em não mais revelar o nome da empresa onde este estudo foi realizado.

³ Atuei, ao longo de sete anos, como assessora de imprensa na ONG feminista Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero.

⁴ Agradeço especialmente à antropóloga Alinne Bonetti não só pela aproximação com a antropologia feminista, mas por toda a inspiração, ensinamentos e contribuições ao longo de minha trajetória.

“estranhar o familiar”. Neste espaço de contato e estranhamentos com meus “pares” pude perceber que, quando dialogávamos, estas visões e posições davam contornos aos fatos que estavam se transformando em notícias. Cada vez mais essa experiência foi servindo como um indicativo de que as notícias são permeadas de pontos de vista, de conhecimentos prévios – inclusive culturais – e dão conta de uma diversidade de verdades, umas mais hegemônicas e legitimadas que outras. Em meio a isso é que o objeto e o problema de pesquisa começaram a se delinear.

A trajetória percorrida trouxe uma permanente interlocução entre dois campos de estudo – o do jornalismo e o de gênero. Como principal bagagem, neste segundo campo, obtive maior familiaridade com as teorias que concebem gênero como uma categoria analítica, epistemológica e impregnada pelo conceito de poder (Scott, 1990; Bonetti, 2009), que contribuem para pensar o modo como as diferenças são transformadas em desigualdades. E também com as teorias que afirmam o pressuposto da heterossexualidade compulsória (Butler, 2003), redundando num fenômeno complexo que se traduz na hierarquização dos indivíduos na sociedade de acordo com suas práticas sexuais, atribuindo valores distintos às diferenças (Rubin, 1993) e implicando em relações sociais desiguais. Essas correntes teóricas foram cruciais para perceber a importância de aprofundar os estudos de gênero como um modo de melhor compreender as disparidades sociais, forjadas na e pela cultura onde estamos inseridos, com foco nas práticas discursivas oriundas de instâncias de saber e de poder (Foucault, 2012). Meu olhar se deslocou em direção ao campo do jornalismo, e aos poucos comecei a observar mais criticamente os modos como as notícias se entrecruzavam com os valores sociais hegemônicos. Inspirada por conceitos que trazem o jornalismo como uma forma de conhecimento social (Park, 2008; Genro, 1987; Meditsch, 1997), um dos modos de construção da realidade (Traquina, 2005; Alsina, 2009), fui instigada a pensar de que forma esse tipo de conhecimento se constrói e, ao circular, contribui nos modos como se percebe a realidade.

Para compreender o processo de produção simbólica (em especial de gênero) no jor-

nalismo, resolvi pesquisar os modos como as notícias são construídas e o envolvimento dos valores culturais e profissionais dos jornalistas nesse processo. Para tanto, decidi observar as práticas cotidianas dos jornalistas nas rotinas produtivas de um telejornal gaúcho, em especial na produção de matérias sobre comportamentos, instigada por algumas questões que resultaram no seguinte problema de pesquisa: quais as concepções de gênero dos jornalistas e de que maneira elas atravessam a produção das notícias e contribuem para reproduzir, manter, re-significar ou transformar padrões sociais normativos de desigualdade através do jornalismo? E foi norteada por esta questão que passei a delinear o estudo. Os conceitos de gênero, numa perspectiva pós-estruturalista, os estudos queer e as teorias construcionistas do jornalismo foram as lentes pelas quais o jornalismo foi enxergado. Inspirada no método etnográfico, com uso da observação participante e descrição densa, a pesquisa foi pensada e desenvolvida junto ao programa Semanário⁵ de uma das maiores redes de comunicação do Rio Grande do Sul e do Brasil. E é sobre alguns meandros desta pesquisa, em especial das questões metodológicas, teóricas e pessoais, que passo agora a escrever.

Uma jornalista nos “mundos” do jornalismo: a mirada de gênero e os desafios do delineamento e execução da pesquisa

Desejar conhecer as concepções de gênero dos jornalistas e perceber se e de que modo as mesmas atravessavam o processo de produção e as próprias notícias me levou a procurar um aporte metodológico pertinente. Como o propósito desta pesquisa foi o de perceber a criação de significados que estavam imbricados tanto na cultura da sociedade quanto na cultura específica da “tribo dos jornalistas” (Traquina, 2005), foi fundamental estabelecer estratégias e procedimentos que facultassem experiências do ponto de vista do informador (Bogdan e Biklen, 1997). Nesse sentido, a inspiração na etnografia encontrou no próprio problema de pesquisa sua justificativa. Em especial porque “a perspectiva etnográfica possibilita identificar as convenções de gênero

⁵ Pseudônimo adotado para referir-me ao programa telejornalístico onde a pesquisa foi realizada. A adoção de pseudônimos aos programas da empresa e aos profissionais foi uma escolha a fim de proteger a identidade dos interlocutores da pesquisa.

particulares que dotam de sentido as práticas [...] em embate, bem como os diferentes repertórios simbólicos que compõem o contexto político em questão” (Bonetti, 2007, p. 28). Por se tratar de um procedimento que implica longos períodos de imersão do pesquisador em campo, devo ressaltar que esta investigação não se tratou de uma etnografia, mas sim de um recorte etnográfico, inspirado na antropologia interpretativa, num período com duração de onze semanas de observação participante. A pesquisa também foi inspirada nos chamados estudos de *newsmaking*, que tem por objetivo apreender o jornalista atuando no âmbito da produção da informação e entendem o jornalista como elemento fundamental na produção da notícia. Gostaria de inicialmente resgatar alguns desafios que as escolhas teórico-metodológicas trouxeram desde seu delineamento.

Ainda no levantamento do estado da arte das pesquisas no campo do jornalismo, notei que gênero era majoritariamente incluído nos estudos que se utilizam de metodologias de pesquisa que contemplam conteúdos prontos – tais como análise de discurso e de conteúdo –, e a grande maioria destes estudos destinava-se a escrutinar representações de gênero em atividades de comunicação e entretenimento, como telenovelas, cinema e publicidade, ficando o jornalismo – e sobretudo o estudo dos modos de produção das notícias – alijados destas pesquisas. De um modo geral, também os estudos de *newsmaking* não possuem tradição de pesquisa acadêmica no Brasil, principalmente envolvendo rotinas produtivas do telejornalismo. Percebi que no campo do Jornalismo tanto os estudos de gênero quanto o uso do método etnográfico eram ainda escassos. Entretanto, não supunha que esta pouca tradição de estudos de gênero e metodologia de pesquisa pudessem representar um desafio ainda maior.

Quando ingressei no mestrado, meu projeto foi selecionado, segundo minha orientadora, fundamentalmente por prever desenvolver uma pesquisa no âmbito da produção das notícias. Não havia no programa linhas ou grupos de pesquisa que privilegiassem estudos de gênero, e nem mesmo este conceito era muito recorrente nos projetos propostos pelos alunos. E mesmo não sendo uma estudiosa

dos temas propostos – telejornalismo e gênero – minha orientadora⁶ apostou no projeto, e tornou-se parceira para o desafio que então se apresentava para ambas. Sem dúvida, a postura pessoal, profissional e as visões de mundo de minha orientadora, com sua permanente abertura para conhecer novos temas, novos objetos, conceitos e metodologias de pesquisa foram fundamentais não apenas para que esta intenção de pesquisa pudesse melhor se desenhar, mas para que pudesse de fato se desenvolver e concretizar. Este foi um dos meus primeiros encontros com subjetividades que participam do processo de pesquisa e que, como tal, incidem e fazem a diferença.

Já cursando as disciplinas, comecei a perceber que meus temas e método de pesquisa não só não eram privilegiados, como também causavam estranhamento. Cheguei a ouvir de professores sugestões de mudança: “quem sabe tu tiras gênero e sexualidade de teu projeto?” e “acho que tu não precisas ficar mais de uma semana observando a redação, porque esse é tempo suficiente para veres tudo”, o que me levou a perceber que talvez minhas escolhas não produzissem muito sentido naquele universo. Também entre meus colegas isso era recorrente. Aos poucos comecei a compreender que o distanciamento dos conceitos de gênero naquele universo acadêmico gerava um estranhamento que, de algum modo, o tornava um tema menos relevante do que aqueles majoritariamente desenvolvidos por lá. Também as escolhas metodológicas pareciam em posição de desigualdade ante às demais. Em alguns momentos descrevi as sensações que advinham desses estranhamentos – tanto na academia quanto no campo – como sensações de marginalidade. Segui buscando conhecimentos em diálogos com profissionais⁷ de outras áreas, em especial da antropologia, da antropologia feminista e dos estudos de gênero, e nesses outros espaços minhas proposições produziam mais sentido. A familiaridade com os temas, com o método e, sobretudo, a generosidade de profissionais destas outras áreas em partilhar conhecimentos, em escutar e dialogar foram cruciais para que eu pudesse perceber que havia nexos no que me propunha a compreender, a estudar e a vivenciar. Sem dúvida, evidenciava-se aqui a distinção entre

⁶ Professora doutora Virginia Pradelina da Silveira Fonseca, a quem mais uma vez agradeço a participação efetiva e fundamental para que este estudo acontecesse.

⁷ Muito especialmente agradeço os diálogos e ensinamentos das antropólogas Alinne Bonetti, Soraya Fleischer, Claudia Fonseca, Patrícia Fasano, Nicole Reis, Miriam Vieira e Daniela Knauth.

o tipo de estudos e métodos – portanto, de compreensão de possibilidades de pesquisa – prevalentes nos campos das Ciências Sociais e da Comunicação. E eu estava determinada a experimentar uma aproximação entre ambos.

Em campo, junto aos jornalistas da empresa em que desenvolvi a pesquisa, não foi diferente. Mesmo explicando os objetivos do trabalho, esses pareciam não fazer sentido aos interlocutores, seja pelos temas, seja pelo método. Além disso, percebi que alguns elementos de minha identidade – como ser jornalista, mulher e fazer uma pesquisa no campo da comunicação – serviam como distintivos, ou seja, possibilitavam mais ou menos acesso ao (e no) campo. O fato de ser jornalista e estar fazendo uma pesquisa no âmbito da Comunicação facultou a entrada e permanência entre meus “pares”. Ser jornalista era um elemento positivo que tornava possível meu aceite como pesquisadora. Entretanto, ser alguém que vem do espaço “da teoria” era um elemento que me distinguia, majoritariamente, de forma negativa, pois, como disse o editor-chefe de um programa, “a teoria é uma coisa, a prática é outra” (Diário de Campo, doravante DC, 05/03/09). Essa distinção entre teoria e prática é, por sinal, uma das grandes questões que historicamente marcam as tensões entre jornalistas no mercado e na academia. E, no caso, entre o editor-chefe e a pesquisadora, marcava a diferença entre os dois, mas estando ele em posição supostamente hierárquica superior à minha.

A metodologia de pesquisa, que previa minha observação participante junto aos jornalistas, foi outro estranhamento que repercutiu em termos de relações de gênero e poder, e que me fez experienciar lugares distintos – de menor ou maior credibilidade. Trago um excerto de diário de campo, a fim de dimensionar as tensões provenientes da mescla entre gênero, poder, prática e teoria, articulados numa conversa, mas que, de modo geral, acontecia também em outras situações de pesquisa⁸:

[Primeira reunião com Ingo Boss, editor-chefe do programa Variedades, um dos três programas observados no período exploratório da pesquisa]. Fomos até a sala de reuniões, a mesma que antecede a sala do sofá em que eu havia aguardado o diretor de jornalismo na primeira vez em que estive na empresa. Sentamos, de

frente um para o outro, e ele de imediato me perguntou de onde eu era. Disse que era mestranda da comunicação da UFRGS. Ele sorriu. **Disse-lhe que era jornalista de formação, e o sorriso foi aumentado**, seguido de dizer: *ah, tá, legal*. Ele perguntou o que eu pretendia. Disse que tinha combinado com o antigo diretor de jornalismo, antes dele sair, que faria uma pesquisa com observação participante, que desejava conhecer como eram as rotinas produtivas e tentar perceber quais as concepções de gênero dos jornalistas e em que medida elas perpassavam as matérias. Ingo fez uma cara de vazio. Depois perguntou: *mas, objetivamente, em que podemos te ajudar? O que tu pretendes fazer?* Eu disse que na conversa para minha entrada falei de meu interesse em acompanhar todo o percurso da notícia, da pauta até a apresentação, e que isso demandaria em algum momento escolher uma notícia e acompanhar também repórteres na rua, mas que nesses casos iria com meu carro, conforme havia combinado. Falei que minha ideia era inicialmente acompanhar os principais telejornais e depois me decidir por um e ficar mais tempo. Falei que pensava em ficar um mês, pelo menos. Ele disse: *eu acho que não precisa esse tempo todo. Em uma semana vais poder ver tudo*. E completou: *Olha, eu acho que tu tens que falar com o Denis (novo diretor). Tu tens que entrevistar ele também. Precisas saber a posição da empresa. Eu sou o editor chefe do Variedades, e tu tens que falar com o Marco, gerente de produção. Tu tens que falar com os editores chefes dos programas. No Realidade, por exemplo, tu tens que falar com o Danilo*. Consenti. Minha sudorese só aumentava. Enquanto ele falava, incisivamente, eu me sentia, de alguma forma, desestabilizada. **Enquanto Ingo insistia em dizer que eu tinha que falar com os “manda-chuvas” eu me sentia desautorizada em estar ali, e isso só fazia crescer meu desconforto – suor e tensão. Lá pelas tantas ele me perguntou: mas qual é a tua hipótese?** Respondi que gostaria de perceber em que medida as concepções de gênero dos jornalistas estão presentes nas matérias; que entendo que eles são membros da sociedade e que como tal comungam alguns valores e concepções de gênero, e que eu queria ver em que medida os valores culturais presentes na subjetividade participavam. Falei que a cultura se transforma e que acreditava que havia uma contribuição do jornalismo. Disse que queria ver as concepções da cultura da sociedade e da cultura do grupo nos próprios jornalistas e ver se e como isso perpassava as notícias. Ele me falou: *Claro que as subjetividades existem. E tem isso, tu vais ver que tem a cultura individual e a cultura de grupo*. Em seguida emendou: *Sabe, eu tenho uns amigos que estão fazendo mestrado e doutorado, mas nenhum na área da comuni-*

⁸ Os fragmentos de diário de campo serão trazidos em fonte tamanho 10, grafado em itálico para destacar as falas literais e negrito para grafar os trechos que pretendo enfatizar na discussão.

*cação. Eles falam sobre esfera pública, esfera privada, e eu digo pra eles: olha, a teoria é uma coisa, a prática é outra. Eu te digo a mesma coisa, aqui tu vais ver que na prática as coisas são diferentes, parecendo querer marcar a distinção entre teoria (lugar da pesquisa) e prática (lugar do jornalismo), e conseqüentemente, do lugar onde cada um de nós estava. Depois ele falou: **Eu pensei que tu tinhas uma tese, do tipo: os jornalistas são do mal! São manipuladores!** Eu sorri e disse: Não, não tenho essa tese, não. Minha proposta é a que te falei. E complementei: *quando falo em gênero, não é como sinônimo de mulher, mas sim para pensar relações de poder, a cultura.* Ele falou: **sabe, agora tem o 8 de março. Nós discutimos muito na redação se fazíamos alguma coisa. As próprias mulheres da redação foram contra, achavam que não precisava. Acham que marca muita exclusão. Mas daí alguns ponderaram que as pessoas esperam para ver isso. Eu mesmo não tenho dado muita bola para esses dias, do tipo, dia do colono, dia do índio. Acho que é muito excludente. Mas no fim decidiram que vai ter.** (Diário de Campo, doravante DC, 05/03/2009)*

A primeira conversa com o editor-chefe do *Variiedades* havia me deixado intimidada e, principalmente, insegura. Durante toda a conversa, Ingo parecia desconfiar de minhas intenções. Inquietava-me o modo como ele falava comigo, parecendo querer me dar ordens, numa posição hierárquica pretensamente superior. Diferentemente da postura do ex-diretor da empresa, primeiro a me atender, Ingo parecia não escutar o que eu pretendia. A única coisa que pareceu ser escutada – e bem vista – foi o fato de que eu era uma jornalista de formação e de que o mestrado era na área da comunicação. Parecia haver um certo desconforto com o universo acadêmico, com o método e o tempo de duração da pesquisa. Mesmo diante de minhas negativas e explicações sobre os interesses e objeto de pesquisa, a suposição de que a investigação era norteada pela hipótese da “manipulação das notícias pelos jornalistas maus” não foi alterada, e foi um elemento presente durante todo o tempo da pesquisa. Também ficava claro para mim o quanto falar em “gênero” parecia não fazer sentido, ainda mais nos moldes em que este conceito estava sendo utilizado. No entanto, os outros programas da empresa que foram parte da exploratória (Primeira Visão e Sema-

nário) tinham como editores-chefes mulheres, e a conversa com estas se deu em outros termos, num sentido mais horizontal e de escuta, e em nenhum momento me senti desconfortável ou sendo instruída a como proceder. Mas também entre elas nunca parecia muito claro o que de fato objetivava aquele estudo. O excerto de diário acima é apenas uma das tantas percepções que pude, como pesquisadora, sentir, vivenciar e descrever, e que denotavam lugares por vezes extremamente hierárquicos e de poder que me envolviam diretamente. E que tinham nessa conjugação os fatores que levavam em conta o tipo e o lugar de pesquisa, o tipo de pesquisadora, as concepções de gênero e as relações de poder, entre outras coisas, que estavam permanentemente participando do processo. As distinções de gênero e poder no âmbito da produção das notícias, para além dos sexos biológicos dos profissionais, e que incidiam nas formas como os poderes, chefias, notícias e prestígios eram organizados foram melhor analisados em um capítulo específico da dissertação.

Minha estada na redação de jornalismo⁹, considerada o “coração da empresa”, foi informada, inicialmente, aos editores-chefes dos três programas que participariam da fase exploratória da pesquisa e aos membros das equipes destes. Entretanto, o “coração da empresa” era composto pelas redações de todos os programas, e maioria das pessoas que por lá trabalhavam não foram informadas de minha presença, pelo que causava ainda mais estranhamento minha participação estrangeira, munida de bloco de anotações e sem nenhum um tipo crachá ou de referência. Sem saber disso, aos poucos fui sendo surpreendida pelas perguntas e pelas deduções que foram sendo explicitadas. Eu era uma estranha, com um papel no mínimo suspeito, de algum modo repressivo e fundamentalmente observador. Foi nesse período que recebi dois apelidos: DOI-CODI¹⁰ e Super-Nanny¹¹, que surgiram justamente a partir do incômodo e da ignorância de dois profissionais quanto aos motivos de minha estada, sobre quem eu era, sobre os meus modos de pesquisar e o que minha presença representaria de fato para eles. O apelido de DOI-CODI me foi dado no primeiro encontro

⁹ No período de 05 de março a 18 de maio de 2009.

¹⁰ Uma alusão ao órgão de repressão existente no Brasil no período da ditadura militar (1964-1985) e que foi particularmente muito temido pela imprensa, uma vez que era responsável pela censura prévia de tudo que era produzido nos meios de comunicação.

¹¹ Nome da personagem de um seriado estadunidense, exibido no Brasil, cujo papel é intervir junto à educação de crianças sem limites, através de regras estabelecidas junto com os pais.

que tive com um dos principais interlocutores da pesquisa, Kauã, que era produtor do Semanário, programa junto ao qual acabei desenvolvendo a pesquisa.

[redação de telejornalismo] Kauã, desde que eu saquei meu bloco de anotações, já na chegada, me perguntou o que eu estava anotando, se eu já tinha coisas para anotar. Durante todo o tempo, várias vezes ele me perguntou o que tanto eu anotava. Lá pelas tantas ele me pede para ver meu bloco. Eu mostro. Não satisfeito, num dado momento ele se vira para o Samuel Lindermann (apresentador do Semanário), que está na mesa atrás de nós, e diz: *Cuidado! Ela anota tudo o que a gente tá fazendo. Ela é do DOI-CODI!* (DC, 08/03/09).

O apelido DOI-CODI me deixou desconfortável, e foi usado e mantido por Kauã por quase todo o período em que estive junto ao grupo, em especial quando ele queria se referir a mim para outros colegas da empresa, e com isso parecia marcar distinção entre nós e o seu desconforto com minha presença e modo de pesquisa. Em geral, quando ele me apresentava a alguém, dizia meu nome e por fim me ‘credenciava’ como sendo do DOI-CODI. Já o apelido de Super-Nanny me foi atribuído por um dos editores de imagem. Vendo-me sentada na redação e de posse de um bloco de notas, visivelmente não pertencente às equipes, um dia este editor me abordou, curioso por saber “qual meu papel na empresa” e visivelmente aliviado com a resposta, imediatamente me colocou a par de sua hipótese – a de que eu seria uma fiscal – e me classificou como sendo aquela que estava ali para ver as crianças fazendo ‘arte’.

De fato, eu era uma estranha para todos, e assim permaneci praticamente todo o tempo ao longo daqueles quase três meses. Essa estranheza muitas vezes foi marcada por relações hierárquicas em que eu, a Outra, era colocada em posição inferior e, noutras poucas vezes, ser a Outra representava um lugar mais prestigioso. Esse lugar “mais prestigioso” em geral se devia às expectativas sobre o que a pesquisa poderia significar em termos de visibilidade àqueles mais invisíveis nas estruturas da empresa, como os editores de imagem. De um modo geral, essas pessoas me procuravam para dar depoimentos espontâneos sobre suas existências, as faltas que sentiam, como se eu pudesse, através da pesquisa, de algum modo provê-los a uma existência negada, mesmo que fosse com a simples inclusão de seus nomes e funções. Outras despontavam curiosas em saber como era uma vida no pós-graduação, ma-

nifestando desejo em estar nesse espaço e, ali, eu era um “par” que poderia disso lhes falar.

A alternância e o peso das representações de minha presença podiam ser sentidas na pele. Em especial, quando nossa diferença era transformada em desigualdade, e quando eu ocupava um lugar na base desta hierarquia. Vivenciar este lugar como pesquisadora, além de causar desconforto em meus interlocutores, também em mim gerou incômodos. Principalmente na medida em que, mesmo fora de campo (no período de leitura e análise dos diários) significativamente percebo quão gigantescas eram as responsabilidades de realizar este tipo de pesquisa, em especial em relação às questões éticas. Deste modo, as vivências e as sensações proporcionadas pelos lugares e posições de sujeito em campo e em relação aos interlocutores igualmente produziam conhecimentos e promoviam novos desafios no percurso de pesquisa. Uma aprendizagem que produz maior significado quando também sensorial, pois na medida em que vivenciava experiências em interação com meus interlocutores e as descrevia em diário, ao serem revisitados na leitura, acabavam por ajudar na produção de sentidos. Definitivamente eu percebia, de acordo com as teorias pós-críticas, que não havia como separar o sujeito que conhece daquilo que é conhecido (SILVA, 2010). Precisava encontrar caminhos para construir a narrativa sobre esses dados de forma a proteger meus interlocutores ao máximo de “minha imaginação antropológica” (Bonetti, 2007, p. 35). Assim, a busca por procedimentos metodológicos em permanente reflexão com as questões éticas me levou a fazer a opção, na dissertação, pela adoção do uso de pseudônimos para os interlocutores de pesquisa e programas da empresa, tendo inicialmente nominado a empresa onde o estudo foi realizado. Por perceber que o nome da empresa poderia (contrariamente aos meus propósitos éticos) facilitar algum tipo de identificação, passei posteriormente a excluí-lo de quaisquer relatos daquela pesquisa.

Assim como acontece com Claudia Fonseca (Fonseca, 2007), de acordo com o que vivenciei e descrevi da forma mais pormenorizada possível nos diários, me dava arrepios pensar o tipo de interpretações que meus interlocutores teriam sobre minhas interpretações sobre eles. E o que me dava essa sensação era justamente o fato de ter aprendido com a pesquisa que o que está em questão não são as pessoas individualmente, mas sim os sistemas de valo-

res que as estavam a informar e que, de algum modo, eram manifestas como parte das subjetividades daqueles profissionais, mas que representavam justamente a consonância entre os valores hegemônicos da cultura com os valores hegemônicos daquela tribo, inclusive em seus sistemas de representação e hierarquização. E por ter percebido tais consonâncias a partir das lentes conceituais que participaram do processo de delineamento da pesquisa, a partir de um método específico (e que leva em consideração a interpretação) é que compreendia que as interpretações seriam variadas e talvez até mesmo negativas. Outra sensação desconfortante para uma pesquisadora seria ter sua postura ética posta em dúvida.

A escolha das perspectivas teóricas e dos conceitos de gênero que contribuem para pensar como as diferenças são transformadas em desigualdades foi uma das formas pelas quais os dados foram interpretados. Gênero foi percebido como um elemento não só participativo das notícias, mas também distintivo da posição destas e dos repórteres na hierarquia de valores da empresa. Conforme passo a discutir brevemente, as escolhas teóricas e metodológicas que de muitas formas causaram estranhamentos ao longo desta pesquisa, e estavam perpassadas por relações de gênero e poder, igualmente me levaram à interpretação de que o conhecimento social produzido no e pelo jornalismo (Meditsch, 1997) está sendo construído com a participação efetiva dos sistemas de valores e hierarquias de poder e prestígio hegemônicas de nossa sociedade.

Masculino, o gênero do jornalismo: a compreensão do universo de valores e hierarquias de poder na produção das notícias

Uma das percepções obtidas em campo foi o modo como as convenções de gênero se manifestavam na distribuição de prestígio e de poder na hierarquia da empresa, e do programa em análise. Gênero era um elemento constituinte dos jornalistas, e, na distinção entre os profissionais, aparecia como elemento pervasivo das características que determinavam as posições que estes ocupavam na hierarquia da organização, os lugares dos quais se investiam ou eram reconhecidos entre os colegas.

Na hierarquia de valores e posições profissionais, percebi que o prestígio e o poder decorriam de um processo complexo, para além

da simples competência profissional, e tinham relação também com a adequação dos sujeitos a determinados perfis, cujos atributos mais valorizados estavam em consonância com aqueles majoritariamente associados ao masculino hegemônico (força, imposição, coragem, pioneirismo, pró-atividade, público, etc.), independentemente do sexo biológico dos profissionais, ainda que os homens fossem majoritariamente reconhecidos como potenciais “portadores” desse perfil. O masculino, parte das características idealizadas nas posturas profissionais, não era exclusividade dos sujeitos institucionalmente investidos nas estruturas de poder, mas indicativo de quem um dia poderia chegar mais próximo do (ou ao) topo da hierarquia. O mapa das relações de gênero, poder e prestígio apontaram para um tipo de estrutura que revelou uma similaridade com os modos como gênero e poder se estabelecem e se organizam nas relações sociais de forma geral. Ou seja, os atributos de gênero mais valorizados na hierarquia do jornalismo, no programa em análise (nos cargos, nas relações de poder, nas notícias, entre os programas, etc.), interseccionados com os marcadores de classe e geração, entre outros, correspondiam aos atributos e marcadores mais valorizados na heteronormatividade. Desse modo, atributos convencionalmente associados ao feminino – como sensibilidade, feminilidade, horizontalidade – não eram bem vistos na empresa, segundo declararam alguns interlocutores.

Outra constatação importante foi a incidência da subjetividade dos jornalistas, aqui sendo compreendida pelas visões de mundo e valores por eles expressos, acionados de forma automatizada (e não deliberada) no processo de construção das notícias. A subjetividade, marcadamente presente em todos os processos relacionais, de escolha e de noticiabilidade, dava a dimensão real das impossibilidades de um fazer jornalístico objetivo e neutro, da impossibilidade das notícias serem um reflexo da realidade. Compreendi que as posições de sujeito, visões de mundo e valores culturais dos jornalistas são acionados inconscientemente na atuação profissional, e como tal permeiam o processo produtivo das notícias. Foi a partir da percepção das relações entre visões de mundo e critérios de noticiabilidade que os valores-notícia foram identificados como permeados dos valores culturais e sociais dos jornalistas, numa intrínseca e sutil relação que incidia nas tomadas de decisão. O caráter subjetivo das escolhas, que leva em conta as posições de su-

jeito, entre outros lugares a partir de onde se enxerga, resulta em representações parciais da realidade, e fazer a crítica sobre a presença da subjetividade expressa nos valores-notícia impregnados de concepções de gênero, de classe e raça, por exemplo, não significa defender a neutralidade no jornalismo. Ao contrário, revela efetivamente a notícia como construção social de uma realidade que é parcial, e a importância do jornalista nesse processo complexo que resulta nas formas como esta realidade é construída e representada, assim como sua incidência na cultura.

A ligação entre cultura profissional, subjetividade e plano de valores mais geral da sociedade foi percebida. Em especial porque foi evidenciado o quanto as hierarquias, as convenções e valores sociais, os padrões de normalidade (tomados como parâmetros daquela “tribo”) e os modos como se dava o sistema de valores daquele grupo em muito se assemelhavam ao padrão heteronormativo. Este estudo entendeu que os valores e concepções hegemônicos de gênero eram reproduzidos nas matérias e resultavam na representação da heteronormatividade como padrão social de desigualdade que estava a orientar. Entre os interlocutores da pesquisa, não apenas o masculino, mas ainda os valores classe média, brancos, heterossexuais, entre outros, apareciam como mais valorizados, tanto nos atributos pessoais e profissionais como nas características das notícias. Essa percepção foi melhor compreendida no acompanhamento dos processos de produção, nos quais os estranhamentos e juízos de valor dos interlocutores, expressos frente aos grupos diferentes, considerados à margem da norma, recrudesciam. Estes estranhamentos eram fundados nos valores mais gerais da sociedade da qual os jornalistas são parte, e são estes mesmos valores que atribuem um lugar social hierarquicamente inferior àqueles que se diferem e se desviam da norma (e também dos próprios valores dos jornalistas), produzindo representações sociais capazes de colocar tais sujeitos nas bordas.

Os jornalistas foram percebidos como pouco afeitos à relativização, demonstrando nos procedimentos produtivos pouca ou nenhuma abertura para conhecer o “estranho”. Com posturas mais etnocêntricas, e a partir de determinadas “verdades”, praticavam juízos de valor e interferiam na forma como as notícias eram construídas e nos modos como se viria a conhecer socialmente aquilo que é diferente do que se considera “normal”. Por reproduzir relações de gênero e poder hegemônica-

mente prevalentes na cultura, conhecimentos relacionados a determinadas visões de mundo e ao *status quo*, conclui que o jornalismo é igualmente constituído por representações sexuais, de gênero, de classe, de raça, de geração. Mais do que isso, o jornalismo foi entendido como constituído de gênero: o masculino.

Sendo o jornalismo um conhecimento social, a constatação de que este é masculino, assim como a ciência (Louro, 1997), de um modo geral traz implícita em seu cerne uma discussão sobre o tipo de conhecimento que é produzido nos discursos noticiosos e suas influências nas convenções e hierarquias sociais, e nas relações de poder. Ao refletir nessa perspectiva, acredito que há uma relação muito próxima entre os saberes hegemônicos que são produzidos por determinadas instituições de poder científico – via de regra utilizadas como fontes dos jornalistas – e sua reprodução como um conhecimento social através do jornalismo. Levando em conta que é na cultura, no intercâmbio simbólico, que determinadas diferenças são transformadas em desigualdades a partir das normas que regem o social, percebe-se que os discursos prevalentes na sociedade se relacionam com os modos como se valoriza, hierarquiza e concebe determinadas configurações sociais. E me pareceram ser esses saberes hegemônicos, constituídos dos valores, convenções sociais e sentidos atribuídos aos sujeitos, às práticas, etc., que de um jeito ou de outro não são problematizados tanto na formação acadêmica quanto no exercício da profissão dos jornalistas. A prevalência de sistemas de valores e hierarquias de poder na cultura profissional dos jornalistas que em muito se assemelhavam aos da cultura heteronormativa da sociedade pode nos dar pistas das imbricações entre o jornalismo e os sistemas de valores, e nesse caso, das relações de gênero e poder que se retroalimentam na cultura no e pelo jornalismo.

Considerações Finais

Tentei aqui, brevemente, discutir algumas das conexões que significaram o desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado, em especial as que entrelaçam objeto, temas, problema, métodos, teoria, pesquisadora e pesquisa. Sempre desejei poder refletir mais sobre essas aprendizagens que, de algum modo, foram amplamente significadas tanto pela experiência de uma pesquisa acadêmica, que primou por uma coerência teórico-metodológica, ain-

da que inspirada em conceitos e procedimentos de outro campo de saber, quanto pela experiência empírica como sujeito na pesquisa e as intersecções disso na produção do conhecimento, dos significados e dos sentidos. De todo o percurso, o que mais revela o processo de aprendizagem que esta experiência me causou foi perceber os diversos emaranhados de significados que se produzem, e que passam pelas partilhas de valores e representações da realidade ao longo de uma pesquisa. Interessava-me estudar como as diferenças eram transformadas em desigualdade com a participação do jornalismo na cultura. Acabei me deparando com experiências empíricas destas produções de desigualdades, em situações em que, além dos interlocutores, eu própria era sujeito participante destas relações de poder. Desejava conhecer as concepções de gênero dos jornalistas e aprendi, também na prática, que gênero não só era constituinte dos sujeitos, como das notícias; que as convenções de gênero partilhadas por aquela tribo eram similares às hegemônicas, e como tal reproduziam em toda a tribo sistemas de distribuição desigual do poder baseados nestas convenções prevalentes sobre o masculino e o feminino. Pude igualmente experienciar relações de poder em que tanto estava num polo quanto noutra, dependendo do peso que meus atributos adquiriam na interlocução e nas expectativas de ambas as partes. Foi interessante perceber, e isso mais complexamente depois da vivência e leitura dos dados, que algumas questões que eu até imaginava encontrar – como as concepções de gênero dos jornalistas – puderam ser melhor compreendidas por ter vivenciado empiricamente e ter podido registrar e refletir demoradamente também a partir delas.

As conexões entre teoria, prática, vivência, reflexão, sentidos e práticas são parte de uma experiência geradora de conhecimentos que produzem muitos sentidos. Se tenho noção de que produzi interpretações sobre aquela realidade vivenciada, de que meus saberes são localizados e situados (Haraway, 1995) e nunca se pretenderam universais ou objetivos, é justamente a partir da vivência como pesquisadora em consonância com as lentes conceituais e metodológicas pelas quais aquela realidade foi compreendida que os conhecimentos se produziram. Nesse sentido, apesar das muitas dificuldades encontradas e pelo sem número de questões que surgiram durante e depois da pesquisa, entendo que a inspiração em outros campos de saber pode ser uma experiência de

aprendizagens muito significativa. Mesmo que *a priori* cause estranhamentos, produza diferenças ou não obtenha grande reconhecimento como relevante, como de algum modo aconteceu com a minha. Entretanto, ao longo e no final do percurso, até mesmo pela maturidade que vai permanentemente se desenvolvendo, aquele estudo também obteve validação e reconhecimento como um trabalho que seriamente foi desenvolvido e que trouxe algumas contribuições para pensar o campo. Essa experiência me leva a continuar acreditando que este tipo de pesquisa, que primou por sustentar-se em bases teórico-metodológicas e éticas, pode ser realizada e criar oportunidades para ampliação dos debates que se propõem em cada campo de saber. Para o jornalismo, a interlocução com outros campos consolidados de saber, como as ciências sociais, vem demonstrando um diálogo possível e passível de muita produção de sentidos para quem busca conhecer.

Referências

- ALSINA, M.R. 2009. A construção da notícia. Petrópolis, Vozes, 352 p.
- BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. 1997. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Porto Editora, 335 p.
- BONETTI, A. 2007. *Não basta ser mulher, tem de ter coragem. Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo popular e o campo político feminista de Recife-PE*. Campinas, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 261 p.
- BONETTI, A. 2009. Sermerssuas cariocas? Convenções de gênero entre adolescentes negras do Rio de Janeiro. In: S. TAQUETTE (Org.) *AIDS e juventude: gênero, classe e raça*. Rio de Janeiro, EDUERJ, p. 213-234.
- BUTLER, J. 2003 *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 240 p.
- GENRO FILHO, A. 1987. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Disponível em: <http://www.adelmo.com.br/index3.htm>. Acesso em: 12/08/2009.
- FONSECA, C. 2007. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia em casa. *Teoria e Cultura*, 2(1 e 2), p. 39-55.
- FOUCAULT, M. 2012. *Microfísica do Poder*. São Paulo, Graal, 431 p.
- HARAWAY, D. 1995. Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5:7-41.
- LOURO, G.L. 1997. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Vozes, 179 p.
- MEDITSCH, E. 1997. *O jornalismo é uma forma de conhecimento?* Disponível em: www.bocc.uff.br/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf Acesso em: 27/06/2008.

- PARK, R.E. 2008. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. *In*: C. BERGER; B. MAROCCO, (Org.). *A era glacial do jornalismo. Teorias sociais da imprensa*. Porto Alegre, Sulina, p. 51-70.
- RUBIN, G. 1993. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality, *In*: H. ABELOVE; M. BARALE; D. HALPERIN. (eds.) *The Lesbian and Gay Studies Reader*. Nova York, Routledge, p. 267-318.
- SCOTT, J. 1990. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, p. 5-22
- SILVA, T.T. da. 2010. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte, Autêntica, 156 p.
- TRAQUINA, N. 2005. *Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis, Insular, 216 p.
- VELHO, G. 1997. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 148 p.

Submetido: 16/10/2013
Aceito: 17/11/2013